

Declaração das mulheres reunidas no “Diálogo entre as mulheres das Américas contra o Racismo e todas as formas de discriminação” realizado em Brasília, Brasil, nos dias 24 e 25 de julho de 2006

Nós, mulheres afro-descendentes, indígenas, ciganas, jovens, idosas, migrantes, lésbicas e feministas, reunidas no Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação, saudamos a realização da Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios no Programa de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância.

Acolhemos em sua íntegra o conteúdo das Declarações das Mulheres Afro-descendentes, Indígenas e Jovens perante a Conferência das Américas.

Reconhecendo que

Os compromissos assumidos pelos Estados no ano de 2000 durante a Conferência de Santiago, bem como na Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial, e as Formas Correlatas de Intolerância realizada em Durban, África do Sul, em 2001, estabelecem de maneira explícita a ligação existente entre gênero, raça, classe e etnia.

Os compromissos de Durban e Santiago reconhecem o racismo como uma agravante à situação e condição das mulheres em função de sua orientação sexual, sua condição migratória, de idade, deficiências, dentre outras,

Que na região das Américas a realização da Conferência Regional e Mundial contra o Racismo permitiu intensificar as reflexões e a análise para a abordagem da interligação entre raça, etnia/gênero, por meio de algumas políticas públicas, diagnóstico, consultas, debates e publicações.

Que as mulheres somos protagonistas indispensáveis para progredir na luta contra o Racismo, a discriminação e as formas correlatas de intolerância e que esses esforços são estruturais no aprofundamento da democracia e da igualdade nas Américas. Neste sentido, as mulheres das Américas realizamos este Diálogo para fortalecer nossas propostas e para reafirmar nossas parcerias.

Que na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância são fundamentais os recursos financeiros, o diálogo e a coordenação entre as organizações sociais, os Estados, as instituições multilaterais e os organismos das Nações Unidas.

Que houve progresso em documentos e propostas, mas que, contudo, esses se enquadram mais no plano simbólico que na reformulação da estrutura dos Estados.

Os esforços envidados pela Organização dos Estados Americanos na adoção da Convenção Interamericana contra o Racismo à qual devem ser incorporadas as propostas dos povos indígenas e afro-descendentes.

No Haiti persistem a pobreza agravada e o isolamento, ambos produtos do racismo e da discriminação histórica. Preocupam-nos particularmente as condições enfrentadas pelas mulheres haitianas.

Os esforços realizados pelas organizações sociais mistas com vistas à erradicação do racismo e a discriminação, mas que persiste a dinâmica na qual as demandas e propostas continuam sendo gerais, deixando para as organizações de mulheres a responsabilidade de inserir a interseccionalidade de gênero-raça-etnia.

Declaramos:

Que persistem os desafios, nas Américas e no Caribe, de luta contra o racismo, a discriminação racial e a xenofobia que foram propostos nas Conferências Regional e Mundial contra o Racismo, entre os quais se deve destacar as situações enfrentadas pelas mulheres devido à sua condição de gênero, raça e etnia, de orientação sexual e identidades de gênero, idade, deficiências u outras; manifestadas por meio de diversas formas de abuso e exploração sexual, tráfico de mulheres, violência doméstica e institucional.

Por esses motivos exortamos:

Os Estados a cumprir os compromissos assumidos nas Conferências de Santiago e Durban para a erradicação das desigualdades, do racismo e da discriminação, incorporando em todas suas propostas, a autodeterminação dos povos indígenas e a interseccionalidade de gênero, raça e etnia, levando em consideração de maneira particular a situação enfrentada pelas mulheres afro-descendentes, indígenas e ciganas considerando as condições de orientação sexual, idade e deficiências.

Os Estados a garantir os direitos de terras, territórios, patrimônio, cultural, natural e genético, dos povos indígenas e afro-descendentes, bem como o respeito a sua espiritualidade. E a assumir seus compromissos com relação às reparações.

Os governos a desenvolver e implementar políticas públicas com consulta prévia, livre e informada, envolvendo as mulheres afro-descendentes, indígenas e ciganas, e particularmente às mulheres jovens, sobre todas as áreas: saúde (especialmente HIV-AIDS), direitos sexuais, direitos reprodutivos, moradia, trabalho, recursos econômicos, produtivos e ambientais, transporte, educação, segurança, saneamento básico, acesso à cultura e a atividades culturais.

Os Estados e organismos internacionais a implementar seu compromisso de criar um Fundo de Cooperação Financeiro Internacional para concretizar políticas e planos de ação relativos à Declaração e ao Plano de Ação de Santiago e Durban e para que aprofundem seu trabalho com e a favor dos povos indígenas e afro-descendentes.

Os Estados e Organismos intergovernamentais, para que o mais breve possível, convoquem uma avaliação do Plano de Ação de Durban visando identificar avanços, obstáculos e desafios e tomar as medidas que permitam avançar na sua implementação.

Os Estados e instituições intergovernamentais a acompanhar e apoiar o Haiti em seus processos internos para o desenvolvimento, realizando ações internacionais de solidariedade, de trabalho coletivo eficientes e comprometidos.

Os governos da região, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a dar especial atenção aos povos afro-descendentes, indígenas e a incorporar os indicadores de desigualdade que permitam mensurar a redução das inaceitáveis brechas entre ricos e pobres.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para que em seus esforços de acompanhamento dos acordos da Conferência de Durban incorporem de forma estrutural a situação enfrentada pelas mulheres devido a suas condições de raça-etnia e gênero.

As organizações sociais, indígenas e afro-descendentes a incorporar de maneira sistemática as reivindicações e prioridades das mulheres e a garantir sua participação em todas as suas estruturas de representação e poder.

Agradecemos:

Ao Governo da República Federativa do Brasil em nome do Secretário Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial SEPPIR, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

À UNIFEM, UNICEF, CEPAL. Cooperação Espanhola, Embaixada da Espanha no Brasil.

A todas as mulheres que se esforçaram para participar neste Diálogo.